

TRABALHO-EDUCAÇÃO, AUTOGESTÃO E A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES(AS)

João Wanzeler¹
Doriedson Rodrigues

Resumo: O artigo discute a relação entre trabalho-educação, autogestão, formação de trabalhadores(as), considerando os processos formativos experienciados no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, na microrregião do Baixo Tocantins, Pará. Busca compreender a formação para além de contextos escolares, na perspectiva da concepção humana, propondo-se a contribuir para a emancipação da classe trabalhadora, na contradição capital-trabalho. Metodologicamente, a coleta de dados ocorre com base nas singularidades das práticas formativas (seminários, assembleias, reuniões, plenárias) e mediante levantamento documental (conjunto de documentos produzidos no interior da entidade) sobre a atuação e deliberações do sindicato, bem como em entrevistas e rodas de conversas, analisadas de forma sincrônica, referentes aos anos 1990 a 2024. A orientação teórico-metodológica da pesquisa é o materialismo histórico-dialético. Apresentam-se resultados parciais, entendendo a formação como um processo social, histórico, em que os trabalhadores(as) tornam-se sujeitos de resistências, em (re)construção de mediações entre o pensar e o fazer educativo enquanto práticas sociais de dimensões sócio-históricas, no contexto da Amazônia, com suas especificidades e singularidades, a partir de modos de vida económicos-culturais em territórios de povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: trabalho-educação, autogestão, formação de trabalhadores(as).

Introdução

O texto propõe-se analisar processos formativos experienciados por trabalhadores e trabalhadoras rurais² no território do Baixo Tocantins, Amazônia paraense, como possíveis práticas formativas fomentadoras de consciência de

¹UFPA.

² Do ponto de vista do espaço de atuação, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais está sediado na cidade de Cametá, Pará, e se faz presente em todas as localidades e comunidades do município, sendo composto por filiados(as), delegados(as) sindicais.

classe, em oposição à ofensiva do capital, permeadas por mediações de primeira e de segunda ordem.

O STTR-Cametá, como entidade constituída, não existe fora da realidade social. Por sua vez, está dentro de uma conjuntura maior de fortalecimento e de enfraquecimento, que denominamos de movimento imerso na universalidade³. A universalidade em que o sindicato se encontra são as relações hegemônicas do modo de produção capitalista; por outro lado, também existem forças contra-hegemônicas. Ou seja, enquanto o capital, do ponto de vista universal, deposita no indivíduo a solução dos problemas sociais, atribuída ao empreendedorismo; o cooperativismo, em contradição, como força contra-hegemônica, defende a produção coletiva, mediante a autogestão do trabalho associado, em que os trabalhadores(as) sejam donos dos meios, instrumentos e resultados da produção.

Em termos histórico-cartográficos, o Município de Cametá, situado no nordeste paraense, pertencente à mesorregião do Baixo Tocantins, na Microrregião de Cametá, apresenta-se como um espaço heterogêneo sociocultural urbano e rural, conhecido na região como terra firme e ribeirinha, permeado por produções humanas, composto por povos e comunidades tradicionais. Seus habitantes são pequenos agricultores e agricultoras rurais que desenvolvem a agricultura familiar e preservam um conjunto de saberes e valores – políticos, econômicos, culturais – frutos da relação de trabalho, homem e natureza.

Teoricamente, consideramos a categoria trabalho⁴, como elemento essencial para a produção/manutenção da vida de seres humanos, condição fundamental para sua existência social, como dimensão ontológica, criadora e humanizadora. O humano se constrói através do trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, como condição de sua existência.

Definimos os processos formativos de trabalhadoras e trabalhadores rurais como espaços em construção de práticas educativas, atividades produtivas e modos de vida⁵, que buscam desenvolver o papel da emancipação humana, atravessados por contradições de primeira e de segunda ordem do capital⁶, mas também com oposições a essas contradições.

Em termos de revisão teórica, partimos do entendimento da formação, baseando-nos em Gomez et al.⁷, como um processo social, histórico, em que os sujeitos tornam-se agentes de resistências, em construção de mediações entre

³ LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista/ Georg Lukács; tradução Rodnei Nascimento; São Paulo: Martins Fontes, 2003.

⁴ MARX, K. **O capital**. 2008. (Vol. I, Seção I, Capítulo I: Mercadoria). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>>. Acesso em: 20 janeiro. 2025.

⁵ TREIN, E.; CIAVATTA, M. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 140-164, out.-nov.-dez. 2024.

⁶ MÉSZAROS, Í. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

⁷ GOMEZ, C. et al. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6.^a ed. São Paulo: Cortez, 2012.

o pensar e o fazer educativo enquanto práticas sociais de dimensões sócio-históricas.

Quanto ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ele está situado na realidade da Amazônia, com suas especificidades contextualizadas nas práticas culturais dos povos e comunidades tradicionais: camponeses, trabalhadores rurais, caboclos, pescadores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, atingidos por barragem, assentados, minorias sociais, LGBTQIAPN+, entre outras.

Além da introdução e considerações finais, este texto encontra-se dividido em duas partes: na primeira, nos dispusemos a buscar, através de referência teórico-metodológica, caracterizar o contexto de formação e atuação do STTR, para além da escola. Na segunda, destacamos a autogestão e formação dos(as) trabalhadores(as), como novas possibilidades e alternativas que tendem a driblar, ou amenizar as investidas do capitalismo monopolista, como caminho de apropriação coletiva e democrática.

Em suma, discutimos a relação trabalho-educação e os modos de (re) produção da existência experienciados pelos trabalhadores(as) rurais, como práticas educativas no contexto histórico da Amazônia, em contradição com o capital, entre riqueza e degradação, com suas implicações, desafios e tensões na construção de uma base social produtiva, educativa, humana e integral, que possa contribuir para uma sociedade democrática, livre e crítica, mediada pelo trabalho.

O STTR entre formação e atuação para além da escola

O contexto sócio-histórico de formação do STTR na região do Baixo Tocantins reúne experiências educativas vivenciadas em espaços/tempos de produção de sociabilidades com construções históricas de modo de vida⁸ e trabalho de trabalhadoras e trabalhadores rurais em territórios de povos e comunidades tradicionais, na perspectiva da reprodução da vida, em meio ao metabolismo de reprodução do capital.

Em 2024, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) contava 13.569 pessoas filiadas. Dessas, 70% eram mulheres e 30% homens. Sua Diretoria Executiva é composta por oito pessoas (com paridade de gênero: quatro mulheres e quatro homens), distribuídas entre presidência, vice-presidência e secretarias. Há também um Conselho Fiscal, com quatro membros efetivos e quatro suplentes. No geral, a entidade tem uma comissão executiva de 22 pessoas, entre titulares e suplentes.⁹

⁸ TIRIBA, L. “De olho” nos sujeitos-trabalhadores e suas experiências de classe: contribuições ao campo trabalho e educação. **Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, 2015.

⁹ Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras

O STTR enfrenta contradições que permeiam o sindicalismo rural e as transformações no mundo do trabalho, atingem e influenciam seu processo estrutural como movimento coletivo, refletindo na formação e organização de trabalhadores/as. Tais contradições são fatores que impulsionam o sindicato a transformar-se e a assumir novas funções no decorrer do tempo. Apesar das implicações, o STTR tende a forjar-se como um espaço de formação e resistência de participantes de grupos coletivos organizados.

A conjuntura de atuação do STTR é a realidade social que se consubstancia em processo dialético de fortalecimento ou enfraquecimento. Analisamos elementos sócio-históricos sobre a formação de sujeitos a partir de suas singularidades formativas (reuniões, assembleias, plenárias, seminários, entre outras atividades), que se apresentam em suas ações cotidianas e possibilitam inferir particularidades, tendo em vista a universalidade, pressupondo possível materialização dos processos formativos em meios que proporcionem elementos de resistência para a construção de consciência de classe, como processo contra-hegemônico frente às forças produtivas capitalistas.

Sob esse viés analítico, entendemos que o STTR embora imerso na universalidade, apresenta suas singularidades, em modos específicos de se informar, realizar e se movimentar; enfim, de se fazer existir como movimento organizado em defesa da (re)produção de uma sociedade sem classe.

No interior das relações contra-hegemônicas, em uma educação para a classe trabalhadora, pode haver materialização de experiências de produção coletiva como o trabalho associado, que consiste na autogestão dos trabalhadores como protagonistas dos meios, instrumentos e resultados da produção; no entanto, os trabalhadores, dialeticamente, encontram-se atravessados pelo metabolismo do capital. O capital atribui aos sujeitos os princípios pragmáticos, utilitaristas, como soluções para seus problemas, implantando mentalidades outras, compensatórias, de desenvolvimento individual, como o empreendedorismo, o corporativismo, a economia do lucro, entre outras; definem-se, assim, mecanismos de instrução daquilo que serve à lógica mercadológica.

Nessa tessitura teórica, chamamos atenção para o debate sobre a temática da prática formativa entre o conhecimento científico concomitante com os saberes e conhecimento dos povos e comunidades tradicionais, como estratégia de emancipação no bojo de um projeto de formação humana orientado pela perspectiva de valorização da classe trabalhadora, que visa à (re)construção de novas práticas educativas nos espaços de formação.

Tendo em vista que toda formação forma uma consciência de classe, um tipo humano e entendendo a subjetividade como um desses tipos, destacamos a formação como estratégia central do movimento sindical rural. A organização social de práticas formativas desenvolve os interesses da classe trabalhadora em suas relações sociais, sob a perspectiva que requer a forma-

ção humana dos sujeitos conforme aos tipos humanos que se deseja formar e ao tipo de sociedade a que se aspira¹⁰. Os saberes e conhecimentos dos trabalhadores, enquanto sujeitos sociais, são, assim, mobilizados para a disputa da hegemonia político-ideológica.

A concepção política de sujeitos coletivos, nesse contexto de territórios rurais amazônicos, remete ao tipo de formação daqueles a quem estamos nos referindo. Em consequência, faz-se necessário abordar os fatores e especificidades que constituem seu modo de vida e produção de identidades dentro da afirmação como sujeitos em construção de processos históricos de formação voltados para suas necessidades e demandas cotidianas sociais.

Os trabalhadores(as) rurais constroem seu modo de vida em momentos históricos que vão de encontro aos modos de produção do capital, resistem a implantação dos grandes projetos na região que visam a produção de riquezas privadas, que eliminam territórios, silenciam e desapropriam seus modos de produzir a existência. Permanecem na resistência enquanto grupo coletivo em defesa da reprodução da vida, ainda que de forma subordinada ao capitalismo.¹¹

São apontadas demandas significativas de lutas e resistências do STTR e demais movimentos sociais, como manifestações contra-hegemônicas.¹² A saber, foram reivindicações por crédito rural, nos anos de 1990 (FNO); pela implantação da energia elétrica, via Usina Hidrelétrica de Tucuruí; pela aposentadoria rural. Houve, também, a conquista de várias prefeituras na região por coligações de partidos políticos de esquerda, e alguns mandatos de vereadores representando a classe trabalhadora. Todavia, foram iniciativas de políticas históricas que mobilizaram não somente os trabalhadores(as) rurais, mas todos os demais movimentos sociais envolvidos enquanto coletivos, que se fizeram representar como entidades de classe na luta por direitos em todo território do Baixo Tocantins.

A forma específica de formação experienciada no STTR se entrelaça a outras concepções educacionais já existentes, como as pedagogias do campo, também conhecidas como educação popular, educação do campo ou educação para além da escola. Ademais, todas são frutos de reivindicações, tensões e lutas travadas por movimentos sociais e demais coletivos organizados que se propuseram a se afirmar como sujeitos autônomos de políticas de formação humana e, assim, puderam ganhar visibilidade não apenas como destinatários de políticas, mas como autores-sujeitos políticos de políticas.¹³

¹⁰ LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

¹¹ TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 527-551, maio/ago. 2013.

¹² WANZELER, J. B. **Educação em movimento, trabalhadores rurais em formação**: um estudo sobre lideranças no sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Cametá/PA (décadas de 1970-90). Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Campus Cametá, 2016.

¹³ ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Vale destacar a prática educativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que fundamenta seus princípios filosóficos e pedagógicos nas bases da Escola Comuna e do trabalho, tendo como premissa uma educação nos valores socialistas e humanistas, com o trabalho como princípio educativo.¹⁴

A pedagogia do MST desenvolve uma perspectiva educativa de resistência contra o modo de produção capitalista, propondo um projeto contra-hegemônico substanciado na formação humana para os trabalhadores(as), diante de uma sociedade de classes. Sob o princípio da omnilateralidade, valorizando as dimensões da pessoa humana de um modo associativo, na construção dos processos de transformação de pensar o mundo para homens e mulheres crítico-políticos, conscientes, capazes de resistir às desigualdades sociais, na formação humana que visa “à produção e à apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, à justiça na distribuição destes bens e à igualdade na participação de todos nestes processos”¹⁵, segundo Dal Ri.

Na diversidade dessas pedagogias, almeja-se a redefinição de um modelo político-social que possa compreender a garantia do direito à educação, não apenas como acesso à escola, mas que priorize a ressignificação do ser social na defesa de um projeto de sociedade de princípios educativos sócio-históricos, humanizados, possíveis de atender às necessidades do trabalho e interesses da classe trabalhadora, com o modo de existência dos sujeitos envolvidos na integração de saberes, valores e práticas formativas identitárias culturais, distinguindo-se das políticas de mundialização da produção destrutiva do capital, que marginaliza e subtrai os direitos dos trabalhadores.

Quanto à importância do trabalho tradicional na Amazônia, Araújo considera que a “integração entre o conhecimento científico e o conhecimento dos povos tradicionais dessas regiões parece ser a estratégia principal para a construção de práticas educativas, tanto escolares como não escolares [...]”¹⁶, que podem estar em consonância com a formação integral de trabalhadores(as) como tipos humanos que têm a ver com a preservação do modo de vida e de seus territórios, entre valores, costumes econômicos e culturais.

Frigotto considera que a produção de conhecimento e saberes possíveis de despertar a formação da consciência política crítica deve realizar-se pela práxis: “[...] Práxis que resulta da unidade dialética entre teoria e a prática, pensar e agir”¹⁷. Em sua análise teórica, essa experiência não é resultante somen-

¹⁴ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Princípios da educação no MST**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1996. (Cadernos de educação, n. 8).

¹⁵ DAL RI, N. M. **Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Marília, 2004. 315 f.

¹⁶ ARAÚJO, R. M. de L. Trabalho e educação na Amazônia brasileira: rupturas e integrações. Artigo construído como trabalho encomendado para apresentação na 41ª Reunião Nacional da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, GT09 – Trabalho e Educação, Manaus, out. 2023.

¹⁷ FRIGOTTO, G. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de

te de um processo harmonioso, pelo contrário, apresenta-se nos elementos concretos de mediação de conflitos, tensões, avanços e recuos do processo histórico.

É possível pensar uma educação que contele a formação para o trabalho educativo de interesse da classe trabalhadora, que apresente como objetivo principal a valorização do sujeito como construtor de conhecimentos e saberes mediados por seus contextos singulares histórico-sociais em formas plurais de produzir suas existências.

Na reflexão, traduzimos a importância histórica do saber acumulado, a produção do conhecimento, que se (re)produz a partir das relações sociais concretas que envolvem as condições de trabalho e os modos de existência dos trabalhadores e que podem se tornar relações políticas de consciência de classe, forjando perspectivas de organização coletiva que busquem afirmar os interesses e direitos da classe trabalhadora. Vale ressaltar que o saber também se reproduz atravessado pelo metabolismo do capital, ou seja, dentro das relações sociais de interesses da lógica mercantilista, que aprisiona e reduz o trabalhador a mero espectador e escravo do trabalho.

Frente às desigualdades sociais históricas dos sujeitos amazônicos, enquanto famílias sobrevivem com renda per capita de meio salário mínimo, com a qual mal dá para comer, tornam-se perceptíveis os impactos nos modos de vida da classe trabalhadora na Amazônia. Essa realidade necessita de uma proposta educacional prioritária e emergente, que parte do reconhecimento das relações sociais, num processo dialético de valorização da vida, que se fundamente em princípios educativos, transformados em ações concretas: políticas e ideológicas, em um fazer mais próximo da realidade dos sujeitos, discutindo políticas educacionais que corroborem e respondam aos problemas da Amazônia.

Precisamos de uma formação humana que objetive formar o humano-histórico de forma completa e autêntica, em que estejam incluídos conhecimentos, informações, conteúdos, mas não só isso. Outrossim, é necessária a construção de valores, crenças, ciência, filosofia, tecnologia, arte, enfim, tudo que compõem a cultura humana.

Nessa perspectiva, o trabalho deve ser tratado como uma categoria fundamental em sua historicidade, entre seres humanos e natureza, e deve incluir como ponto central as relações sociais produtivas, econômicas e culturais, que podem estar presentes em lugares diversos (na escola, nos sindicatos, na fábrica) e devem interessar à classe trabalhadora.

O sentido de trabalho a que estamos nos referindo não é o de qualquer tipo de trabalho. Vitor Paro ressalta que o humano, um ser: "dotado de vontade, transcende a natureza, cria valores éticos; estabelece objetivos; e exerce a ati-

vidade histórica chamada trabalho, por meio do qual transforma a natureza”¹⁸. E a partir da natureza, ele produz a sua própria humanidade humana e como sujeito constrói a história e a si mesmo.

Nas análises do autor, enquanto não existir uma educação possível de ultrapassar esse conceito, jamais teremos uma educação e uma sociedade decentes. A ignorância tende a favorecer o poder e este, por sua vez, embasado nas concepções e interesses mercantis do capital, demanda que as pessoas continuem na ignorância. O capital se utiliza de subterfúgios e métodos ardilosos para atrair e ludibriar as mentalidades, como o surgimento e a utilização das tecnologias digitais, a inteligência artificial, as “Fake News”, entre outros.

Fator relevante é a proliferação e propagação desse conceito de educação, que existe impregnado na mentalidade das pessoas, alterando sua percepção dos absurdos que se fazem na educação. Porque, por certas imposições e interesses de grupos dominantes, desejam que todo mundo entenda que educação é isso, e têm conseguido manter essa máxima por muito tempo. Mas o objetivo da educação não é somente a formação de cidadãos, e, sim, a formação de uma história daqueles seres humanos que se diferenciam como sujeitos históricos, autênticos, democráticos e livres.

Para pensar a educação sob essas concepções, é necessário que se possa superar o conceito ultrapassado, para ver e perceber os seres humanos todos e todas – considerando homem, mulher, branco, preto, pardo, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, LGBTQIAPN+, entre outras – como subjetividade da humanidade. Tendo nesta humanidade o ser humano (o homem e a mulher) não como simples animal racional, como se observa a ser atribuído por muitos, em uma invenção cristalizada.

Autogestão e formação de trabalhadoras e trabalhadores

O capitalismo tenta implantar sua hegemonia por meio de formas diversas de convencimento ideológico e faz novos adeptos a todo momento, como vem acontecendo de forma acirrada nas últimas décadas, com os “ideólogos do capital” abraçados por programas políticos de extrema direita, apoiados por grupos fundamentalistas, conservadores autocratas, que cultuam a expansão do capital como propagação do “progresso”, privatizações, pautados na visão do negacionismo científico. Mas são míopes. As consequências desse processo são desastrosas e ocasionam a miséria, fome, desemprego, o trabalho análogo à escravidão, desigualdades sociais, destruição do meio ambiente e demais fatores que oprimem e expropriam populações e territórios.

No Brasil, essas políticas se acentuaram no período de 2016 a 2022 – en-

¹⁸ PARO, V. H. **O capital para educadores** ou aprender e ensinar com gosto a teoria científica do valor. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

tre os governos Temer e Bolsonaro, após o golpe de Dilma Rousseff, orquestrado por um movimento político sob influência da ideologia neofascista – e alteraram de forma drástica a realidade brasileira.

A implantação das políticas neoliberais concomitantes com o desenvolvimento da ideologia neofascista se proliferou em vários campos. Na educação, com a implantação da reforma do novo ensino médio, em mudanças de política educacional que segundo Nascimento e Pelissari, favorece e “privilegia a formação das competências, empreendedorismo e métodos compatíveis de um tipo de trabalhador adaptável à precarização do mercado de trabalho”¹⁹.

Em contraposição, também não deixaram de existir os grupos de resistência contra-hegemônicos, consolidados por movimentos sociais organizados, instituições da sociedade civil, grupos universitários, teóricos e pesquisadores, enfim, pessoas e coletivos, de visões marxista e anti-liberais, que se opõem ao metabolismo do capital, ampliam e intensificam as vozes em favor da classe trabalhadora.

Dessa forma, surgem novas possibilidades e alternativas com objetivo de driblar ou amenizar as investidas do capitalismo monopolista. Sendo a autogestão uma dessas alternativas, que tratamos como caminho de apropriação coletiva e democrática.

Dal Ri²⁰ aponta entre as consequências mais graves do capital na era moderna “a destruição e/ou precarização, da força humana de trabalho e a degradação crescente do meio ambiente”. São fatores que atingem diretamente o modo de vida de populações ribeirinhas, campos e florestas que sobrevivem em relação com a natureza, de trabalhadores(as), pequenos produtores rurais, que acreditam em outros modos de produzir a vida com sustentabilidade socioambiental, resistem e posicionam-se em defesa de seus territórios comuns de direitos.

A educação para a classe trabalhadora sempre foi negada e tratada de forma desigual. Partindo dessa premissa, os trabalhadores já entram em desvantagem. Sob a perspectiva dos princípios da autogestão, é necessário o desenvolvimento e ampliação da formação, pois os(as) trabalhadores(as) precisam da formação para melhor entender seu papel social. O capitalismo, por sua vez, se beneficia das vantagens do desenvolvimento desigual para desestabilizar os trabalhadores, concentrando seu foco na forma de educação dual, resultando na precarização e desestruturação da força de trabalho da classe trabalhadora.

Concomitante à defesa da inclusão da educação, enquanto espaço voltado para a produção e formação dos trabalhadores, deve-se colocar em pau a valorização de seus saberes produzidos ao longo da história, reflexos de

¹⁹ NASCIMENTO, M. L. F. M.; PELISSARI, L. B. A influência do neofascismo no novo ensino médio brasileiro. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 29 - Dossiê Temático: O Direito à educação no contexto de conservadorismo e disputa de mercado, 2024.

²⁰ DAL RI. Op. cit.

susas experiências e valores econômico-culturais e simbólicos, como nos ensina Thompson²¹. São saberes que extrapolam os campos acadêmicos e estão inseridos no modo de vida de homens e mulheres, auxiliando em seus modos de produzir o trabalho em seus territórios.

Mészáros afirma que “pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos”²². A educação não deve se preocupar em qualificar o homem somente para o mercado de trabalho, mas para a vida. O tipo de educação imposto pelas classes dominantes gera o trabalho alienante, objetivando a manutenção e controle do ser humano sempre dominado.

Atenção para as investidas do capital, revestido no modelo funcional de acumulação capitalista neoliberal combatido pelo cooperativismo.²³ Pontos evidenciados nas falas dos sujeitos em nossa pesquisa empírica (ainda em fase inicial): os(as) trabalhadores(as) no STTR conseguem perceber que são atravessados pelas transformações do mundo do trabalho em uma nova reconfiguração de atuação do capital, questionam, mas se julgam como “forças miúdas” no combate ao processo da metamorfose do trabalho.

Em contradição, expressam resistência coletiva na defesa da autogestão, como artífices organizadores do processo de produção. Suas atitudes e ações, mesmo consideradas por alguns como tendo sofrido certo “esfriamento”, demonstram o desenvolvimento coletivo de práticas associativas para a organização do processo de trabalho e promoção dos meios de vida para o bem comum, no interior de suas comunidades de produção.

Para Novaes, “a luta do século XXI deve estar centrada nas ruas, no trabalho de base para a superação do trabalho explorado-alienado, na música crítica, no cordel, na unidade dos movimentos sociais, nas festas populares etc.”²⁴ A frente popular organizada, e com ela os sindicatos rurais, tem papel central no processo de resistência e transformação, como movimento de unificação da luta geral dos trabalhadores. Através de sua vivência histórica, política e cultural, a frente pode possibilitar avanços nas experiências de autogestão, entre outros programas solidários, como inícios de projetos democráticos, tendo em vista a modificação da sociedade para além da alienação do capital, com os trabalhadores se colocando como sujeitos do processo de trabalho.

Em se tratando das práticas de associativismo e cooperativismo, há necessidade de analisar minuciosamente quem são os atores e os agentes envol-

²¹ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

²² MÉSZAROS, I. **Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

²³ TIRIBA, L. Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego. **Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, 2005.

²⁴ NOVAES, H. T. **O fetiche da tecnologia** – a experiência das fábricas recuperadas. 3.^a ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

vidos. Os que estão por trás, estimulando essas práticas, podem estar em benefício e interesse do capital²⁵. O que interessa aos trabalhadores é promover a produção associada no sentido de auto-organização dos que almejam o “bem viver”, de atitudes solidárias em transformação por uma sociedade digna, de trabalhadores livres e críticos.

De uma forma equivocada, tem-se observado na região do Baixo Tocantins, Pará, a presença do capital apenas nos grandes projetos, ou seja, na construção de hidrovias e hidrelétricas. Por outro lado, almejamos avançar nossa investigação, evidenciar que essa presença também se manifesta na construção das subjetividades dos sujeitos, influenciados pelo capital na implantação da ideologia do empreendedorismo, que os incentiva a abrir seus próprios negócios; influenciados por políticas que incutem convencionalismo nos trabalhadores, impregnadas nas práticas individualistas da Pedagogia das Competências, com vistas à formação do trabalhador para um mercado que aprofunda a dualidade do modelo capitalista, precariza a força de trabalho e desinforma a classe trabalhadora.

As experiências das fábricas recuperadas²⁶ podem nos indicar caminhos de uso da autogestão, como meio de vida a ser praticado, com as decisões democráticas tomadas por trabalhadores que colaborem nas suas formas de produzir, organizar e compartilhar o processo do trabalho, com o objetivo comum da construção de uma sociedade humanizada. Importante perceber que, nessas experiências, mesmo no menor grau que seja, é possível lidar com as manobras das forças de produção capitalistas que desarticulam as relações de trabalho, alienam e escravizam a classe trabalhadora.

Isso indica que o emprego do processo educativo na construção da formação de tipos humanos, como defende Gramsci, bem como a prática da autogestão pelos trabalhadores podem tornar-se saídas para a construção de subjetividades coletivas e valores autônomos, que potencializam os sujeitos a resistir e auto-organizar-se para a transformação social e a desalienação do trabalho.

Que a experiência da produção associada, através de produtores livres e associados, possa se tornar semente de luta e resistência pelo comum, de trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, que partem em defesa de seus territórios e de seu modo de produzir a vida, entre povos e comunidades tradicionais, que historicamente se encontram excluídos da produção de riquezas expropriada pelo capital.

²⁵ TIRIBA, L. Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego. *Trabalho Necessário*, ano 3, n. 3, 2005.

²⁶ NOVAES, H. T. Op. cit.

Considerações finais

Partimos da compreensão de que os processos formativos para além de contextos escolares contribuem como possibilidade de materialização de outras realidades sócio-metabólicas; argumento em prol do qual estamos a adovgar a partir dos processos formativos de um STTR na Amazônia.

A temática possibilita a reflexão de que os trabalhadores e trabalhadoras rurais podem ter consciência de tornar-se sujeitos de sua história sociocultural, identitária, em um processo emancipatório, compreendendo-se como sujeitos de processos de formação e qualificação com potenciais de consciência de classe.

Todavia, o contexto instiga-nos, como pesquisador, a ampliar o debate em direção a políticas de valorização da educação/formação (campo/ribeirinha) forjada pelos sujeitos, em movimento histórico que se contrapõem às ações do capital na região, que tendem a negar a vida.

Outras concepções pedagógicas mediadas por processos educativos devem ser materializadas no sentido de formar cidadãos(as), trabalhadores(as) ativos(as), autônomos(as) e conscientes, que considerem seu modo de vida do campo/ribeirinho, no respeito às diferenças, oportunizando uma escola que possibilite uma formação humana emancipatória, que contribua com o aprendizado e experiência no interior das relações do trabalho, na práxis produtiva e educativa em mobilização e resistência com outros movimentos coletivos organizados na luta pelo acesso aos direitos como bem comum, plural e democrático, numa perspectiva contra-hegemônica.